

jornal da tarde

A Constituinte

Clima de acordo. E o regimento pode sair.

Ulysses Guimarães forçou o encerramento das discussões ontem. O projeto será votado hoje, e para desespero do PDT e PDS, provavelmente aprovado.

O novo substitutivo ao projeto de regimento interno da Constituinte foi ontem à noite recebido com outra saraivada de críticas, em plenário, mas deverá ser aprovado em sessão extraordinária, hoje de manhã — apesar dos protestos do PDT e do PDS. "Há um clima de grande acordo" — denunciou o líder do PDT, Brandão Monteiro, queixando-se de que o substitutivo "restringe a soberania" da Constituinte.

A sessão extraordinária para discussão do novo substitutivo iniciou-se às 20 horas. A intenção do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, era de deixar acabar a lista de oradores, declarar encerrada a discussão e convocar outra sessão para hoje, para a votação da matéria. Atendendo ao apelo seu, 30 constituintes haviam desistido de falar até as 21h30. Mas ainda havia vários outros inscritos.

Quase todos os que subiram à tribuna o fizeram para criticar o trabalho do relator Fernando Henrique Cardoso. O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) começou assinalando ser impossível falar em apenas cinco minutos sobre um substitutivo que lhe chegara às mãos somente às 18h40. "Tivemos apenas 40 minutos para lê-lo. A verdade é que estamos pressionados, por incrível que pareça, pela proximidade do carnaval. O regimento tem de estar aprovado até quinta-feira. Mas quem, dentre nós, honestamente, pode dizer que sabe o que está aqui? Se nos dispusermos e aceitar isto, sem ler, estaremos dando um cheque em branco."

Brandão Monteiro, que subiu à tribuna depois de uma série de desistências de oradores (27 não haviam atendido ao chamado da Mesa), disse: "Ninguém mais quer falar. Os oradores já nem são ouvidos. Há um clima de grande acordo. Estão querendo votar e ir embora. É como dizia um humorista: 'Tadinho do povo'." Queixou-se de que não se iria poder reformar a atual Constituição, afirmando que o senador Fernando Henrique Cardoso "assinou um substitutivo para restringir a soberania da Constituinte". "Sou daqueles — completou — que já nem creem na Constituinte. Até me sinto tentado a deixá-la e dizer ao povo o que está acontecendo aqui."

Ataques

Messias Góis (PFL-PI), um advogado do Piauí, afirmou que esse regimento "envergonha a Constituinte". Outros constituintes



O apelo de Ulysses para os oradores desistirem de comentar o regimento: 30 retiraram sua inscrição e 27 outros não apareceram quando chamados.

criticaram pontos específicos do substitutivo, especialmente no que se refere aos direitos dos pequenos partidos e de cada um dos integrantes da Assembleia Nacional. Bonifácio de Andrada (PDS-MG), embora admitindo que "a segunda versão trouxe alterações para melhorar a primeira", disse que ela ainda não atende ao direito de atua-

ção isolada dos constituintes. "E o regimento, para nós — assinalou — é fundamental: se não tivermos normas que garantam nosso direito de atuar, vamos ser um zero no plenário. Os líderes é que vão falar e tomar as decisões por nós."

Outro pedesista, Gérson Peres (PA), também reconheceu estar o novo substituti-

vo melhor que o anterior. A seu ver, "democratizou, por exemplo, o trabalho da Comissão de Sistematização". Mas "manteve as restrições em relação aos pequenos partidos". "Será que os integrantes dos pequenos partidos — perguntou — só vão poder dar um sopro no microfone e voltar para as suas cadeiras?" Para ele, o relator Fernando

Henrique Cardoso lhe pareceu também "um pouco teimoso, ao insistir em manter no substitutivo um descabido 'preâmbulo'".

José Elias Murad (PTB-MG) atacou o encaminhamento proposto a 30 mil eleitores desampinharem propostas de emendas à futura Constituição. "Como vamos controlar essas assinaturas?" — perguntou. Vicente Bogo (PMDB-RS) defendeu a aprovação de emenda por ele proposta, para impedir a presença de "ex-parlamentares" no recinto das sessões. "Se já não há lugar aqui — disse — para os 559 constituintes, como vamos permitir que todos os ex-parlamentares, federais e estaduais, possam vir aqui para dentro também?"

Mas houve um deputado que aplaudiu o trabalho do relator. Foi Ademir Andrade (PMDB-PA): "Aperfeiçoamentos enormes foram feitos no novo substitutivo".

A opressão

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, definiu o regimento interno idealizado pelo relator Fernando Henrique Cardoso como "um modelo de precisão para oprimir a minoria e retirar-lhe as condições de influir na elaboração da nova Constituição do País".

Passarinho lembrou que "nas coisas mínimas", como os requerimentos de informação, "nota-se o sentido opressor do regimento, pois não há prazos para as respostas nem são previstas sanções para as autoridades que se recusam a fazê-lo".

Sintetizando o pensamento do PDS, o senador sustentou que "a maioria está dando uma lição de ditadura e autoritarismo em nome da liberdade" — e lamentou que assuntos da relevância da reforma agrária, entre outros, tenham que ser tratados em intervenções de apenas três minutos pelos pequenos partidos, excetuando-se PDT, PT e PDS, que dispõem de cinco minutos, com o PMDB dispondo de 20 minutos.

Na opinião do deputado Jorge Hage (PMDB-PA), ao rejeitar a emenda que previa comissões itinerantes de constituintes para ouvir sindicatos, associações de moradores, captando o pensamento do povo sobre as mais diversas questões, o relator Fernando Henrique optou pelo "imobilismo da retórica num teatro mal montado", e previu que com isto já se pronuncia a preponderância dos lobbies, que representam os grandes grupos econômicos na elaboração constitucional.

Fernando Henrique defende o seu substitutivo

A manutenção do mesmo texto sobre o Projeto de Decisão, que permite uma saída para emendar a atual Constituição com quórum reduzido da Assembleia Nacional Constituinte no segundo substitutivo do relator e líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, ao Regimento Interno, provocou inúmeras reuniões durante toda a tarde e começou da noite de ontem. Mas não resolveu o impasse: PMDB e PFL foram a plenário com posições conflitantes para resolver no voto.

O novo substitutivo de Fernando Henrique Cardoso trouxe algumas inovações como a revogação das sessões secretas, devido a polémica provocada principalmente pelos pequenos partidos. Para evitar superpoderes para a Comissão de Sistematização, o relator restringiu às próprias oito comissões constitucionais temáticas a facultade de, em cada área, dispor sobre as disposições gerais, transitórias e finais.

Uma pequena alteração introduzida pelo relator vai permitir mais claramente o funcionamento da Câmara e do Senado, que passam a ter sessões em caráter extraordinário apenas "para exame de matéria urgente ou de

relevante interesse nacional". O PFL apogeu-se a esse "relevante interesse nacional" para obter o entendimento. O confronto dos dois partidos da Aliança Democrática foi definido por Fernando Henrique Cardoso como "uma espécie de braço de ferro entre bancadas".

Para Fernando Henrique, o que está havendo é que os políticos "estão vendendo muito fantasma no PMDB". "Mas é bom que se repita que o PMDB tem uma tal maioria que se quisesse poderia até desestabilizar, porque ou o PMDB faz, comanda a transição democrática, ou não teremos transição democrática. Justamente por isso, é bom que fique claro: o PMDB não tem interesse em desestabilização."

O senador paulista, citando exemplos, disse que um partido que dispõe de maioria absoluta pode fazer, sozinho, uma nova Constituição em uma semana. Por que o PMDB não faz? "Porque o PMDB não é dotado. Tem que se acabar com esse fantasma de ver o que não existe", alertou. E disse que um dos motivos pelo qual retirou do substituto a possibilidade de sessão secreta foi devido à "paranóia criada com gente achando que se

utilizaria a sessão secreta para votar emenda constitucional e até mandato presidencial".

Inovações

No segundo parecer-substitutivo, o relator Fernando Henrique foi mais liberal e diminuiu o quórum para pedido de verificação de quórum, adiamento de votação e questão de ordem para apenas 35 constituintes, mantendo o de 56 constituintes para a abertura de sessão e projeto para alteração do Regimento, de um terço (187) para projetos de decisão e de maioria absoluta (280 constituintes) para a votação de emendas constitucionais ao projeto de nova Constituição.

No capítulo das inviolabilidades constitucionais o relator garante a imunidade do constituinte no exercício das funções do mandato, o que garantirá o constituinte mesmo fora da sede do Congresso Nacional, por suas opiniões, palavras e votos, salvo em flagrante delito de crime inafiançável. E propõe uma inovação: o projeto de resolução que visa regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária, que poderá ser apresentada no prazo de dez dias contados da publicação dos autos do projeto da Constituição. Com isso, garantiu o relator, ape-

nas se apresentou normas (que serão posteriormente definidas) para garantir ao constituinte a possibilidade de propor o plebiscito, pois a decisão própria do plebiscito, caberá à Constituinte.

Fernando Henrique manteve o princípio de que o cidadão também pode propor projetos à Constituição, desde que tenham, no mínimo, trinta mil assinaturas e representados por pelo menos três entidades organizadas. Cada cidadão somente poderá subscrever três projetos, no máximo, e no período de trinta dias a contar do prazo aberto de início efetivo das comissões técnicas. O projeto do cidadão será encaminhado diretamente à Comissão de Sistematização e, sendo rejeitado, irá ao arquivo, a menos que um constituinte, pelo menos, patrocinasse o seu envio para decisão plenária.

Cain a exigência, contida no substitutivo anterior, de que os partidos tivessem um mínimo de 15 constituintes para poder ter um líder com as prerrogativas comuns aos líderes mesmo de grandes partidos. Assim, qualquer pequeno partido terá o seu líder, mesmo — como é o caso do PMB — líder de si mesmo, como sefo caso do senador Antônio Farias (PMB-PE).



Luiz Henrique (centro): apoio a Fernando Henrique.

SOBERANIA

Como os constituintes querem manter seu poder

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, defendeu ontem a posição do Grupo Pró-Soberania a favor do "projeto de decisão" criado por Fernando Henrique Cardoso e que permite à Constituinte suspender a vigência de qualquer norma legal que possa ferir a soberania da Assembleia. Luiz Henrique argumentou que a decisão é resultado de uma solução negociada entre ele próprio, o líder do Senado, Fernando Henrique, e o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna.

A expectativa de Luiz Henrique é de que a proposta seja aprovada pelo plenário até o final da tarde de hoje, pois tem a preferência da maioria do partido. Em relação aos pequenos partidos, Luiz Henrique manifestou otimismo quanto à aceitação do quórum de 35 constituintes para que se possa efetivar pedidos de urgência, destaques e verificação de quórum. "Isso está bem conciliado", disse. E frisou que o Planalto não está interferindo nas negociações em torno do regimento: garantiu não ter recebido um único telefonema, nem do presidente, nem de ministros.

Mesmo assim, o líder Sant'Anna não considera que o acordo esteja praticamente fechado em favor da soberania da Assembleia, argumentando que o líder do PFL, deputado José Lourenço, está tentando um outro acordo que permita uma emenda aditiva ao regimento com o objetivo de definir o que vem a ser "matéria de relevância".

Em princípio, o líder Fernando Henrique Cardoso considera a emenda desnecessária, enquanto o PFL, alterando a definição de "projeto de decisão", com o objetivo de evitar quaisquer medidas capazes de alterar a atual Carta. Se depender de boa parte da bancada de PMDB, com o apoio de PCB, PT, PDT, PC do B e PSD, deverá prevalecer a proposta da liderança do PDC, apresentada pelo vice-líder José Maria Eymael. "Nós apoiamos os partidos ideológicos nessa questão da soberania da Constituinte" — esclareceu o líder Siqueira Campos.

Alteração

Parlamentares xiitas e líderes dos moderados do PMDB não acreditam na aprovação da emenda do PFL, alterando a definição de "projeto de decisão", com o objetivo de evitar quaisquer medidas capazes de alterar a atual Carta. Se depender de boa parte da bancada de PMDB, com o apoio de PCB, PT, PDT, PC do B e PSD, deverá prevalecer a proposta da liderança do PDC, apresentada pelo vice-líder José Maria Eymael. "Nós apoiamos os partidos ideológicos nessa questão da soberania da Constituinte" — esclareceu o líder Siqueira Campos.

A emenda Eymael diz que projetos de decisões destinam-se a regular matéria de relevância para a Constituinte, não compreendida nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço (180) dos constituintes. Serão submetidos a parecer prévio da Comissão

de Sistematização no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, a decisão final. A emenda do PDC retira a competência da Comissão de Sistematização de arquivar projeto de decisão se receber parecer contrário.

Ontem, no fundo do plenário, os deputados constituintes Antônio Britto (PMDB-RS) e José Maria Eymael (PDC-SP) discutiram a proposta do PFL — que teria o apoio de Carlos Sant'Anna de alterar a redação do artigo 58, parágrafo 7º do substitutivo Fernando Henrique Cardoso, que define as atribuições do projeto de decisão. Com a concordância de vice-líder do PDC, Antônio Britto condenou a sugestão do PFL.

A emenda do PFL, assinada pelos líderes Carlos Chiarelli e José Lourenço, afirma que projeto de decisão destina-se a salvaguardar a Constituinte diante de um fato grave, notório, concreto, que possa impedir seu funcionamento. Para os xiitas, "parece emenda preparada na Casa Civil da Presidência da República".

Britto e Eymael apontaram a incoerência do PFL: as lideranças apresentaram duas emendas — a primeira, suprimindo todo o dispositivo do Regimento Interno que trata do projeto de decisão e, outra, alterando sua redação. "O PFL sabe que a supressão não teria acolhida e, por isso, está tentando enfraquecer seu texto" — observou Antônio Britto, com o apoio de Eymael.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, afirmou ontem que seu partido está "fechado" contra a aprovação do parágrafo 7º do artigo 57 do anteprojeto de Regimento Interno, que permite aos constituintes regular matéria considerada de relevância para a Assembleia.

Ele negou qualquer interferência do Palácio do Planalto nessa posição, mas o artigo permitiria, por exemplo, à Constituinte mexer no mandato do presidente Sarney, reduzindo o seu período, como pretende parcela do PMDB e os partidos de oposição. Saulo Queiroz informou que o PFL tem duas estratégias para a votação: ou vota contra esse parágrafo ou retira sua bancada do plenário, para negar quórum à sua aprovação. A decisão final vai depender do encaminhamento da questão em plenário.

No PMDB, a expectativa é de que a matéria será aprovada com o apoio dos demais partidos, mas alguns temiam, no final da tarde, uma ofensiva do Palácio do Planalto para impedir a sua aprovação. O PMDB não fechou com os demais partidos na reunião dos líderes, realizada no início da tarde, no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, mas também não antecipou se acompanharia o PFL na votação.